



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 MAR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 137/2014

Altera a Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Mão Amiga, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 137/2014

Projeto de Lei nº. 137/2014

Autores: Deputados Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.249/2001 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MÃO AMIGA - AEMA” PARA “ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.249/2001. Súmula: Declara de Utilidade Pública a “Associação Evangélica Mão Amiga – AEMA” com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



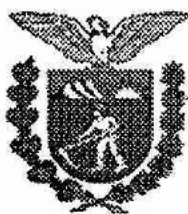
O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Evangélica Mão Amiga – AEMA" para "Associação Mão Amiga".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 01 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


Dep. Fercilio


Dep. Neri


Dep. Sampaio


Dep. Traiano

Dep. Pastor
APROVADO
01/04/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 137/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 137/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Mão Amiga, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Mão Amiga, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

Deputado Fernando Sehnávacca

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praça Nossa Senhora da Salete nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01/04/14

.PROJETO DE LEI

153/14

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 4.230.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta mil reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de Superávit Financeiro apurado na fonte 258 – Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada, no exercício de 2013.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

I ACRÉSCIMO		A N E X O I I		Fl. 02		I
I DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO À LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	Código	I	Especificação	I	Fonte	I Gr. I
I	I	I		I	IFONTEI	I
I		I		I		I
I		I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I
I		I	HÍDRICOS	I	I	I
I		I		I	I	I
I	6931	I	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	I	I	I
I	1990.05.58	I	Saldos de Exercícios Anteriores	I	258 I 95 I	I
				T o t a l		I
				4.230.000		I

MENSAGEM
Nº014/2014

Curitiba, 27 de março de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 31 MAR. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – A 1ª Secretária para providências.

Em, 31/03/14

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva obter aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 4.230.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, com a abertura do Grupo de Natureza de Despesa - Inversões Financeiras - na dotação orçamentária 6931.18541144.283 – Infraestrutura das Unidades de Conservação, aprovada pela Lei 17.886, de 20 de dezembro de 2013, o qual será destinado para atender despesas com desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitório Piassa, no Município de Pato Branco.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado na Fonte 258 – Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada, no exercício de 2013.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.131.053-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 153/2014

Projeto de Lei nº. 153/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 14/2014

Súmula: Aprova crédito especial alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 4.230.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 14/2014, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.230.000,00 (quatro milhões duzentos e trinta mil reais) ao vigente orçamento Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Cumprе ressaltar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado na Fonte 258 – Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

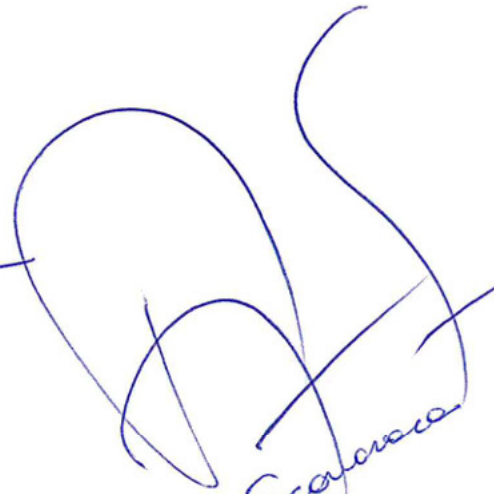
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR


Dep. Junini


Dep. Scaroni


Dep. Diniz


Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

5


Dep. Nereu
08/04/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 153/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 014/14, objetiva obter aprovação de um crédito especial no valor de R\$4.230.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta tem como escopo atender despesas com desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitório Piassa, no Município de Pato Branco.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, no art. 65, da Constituição Estadual, e, ainda no art. 134, do mesmo Diploma Legal, que estabelece o envio de projetos dessa natureza, para serem apreciados pela Assembleia Legislativa.

De igual modo, constata-se que na Constituição Federal em seu art. 24, II, está descrito que compete aos Estados, bem como à União e ao Distrito Federal, concorrentemente legislar sobre orçamento.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que o autor da matéria informa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado na Fonte 258 – Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada, no exercício de 2013.

Observe-se ainda, que o Projeto de Lei nº 153/2014, está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/1964.

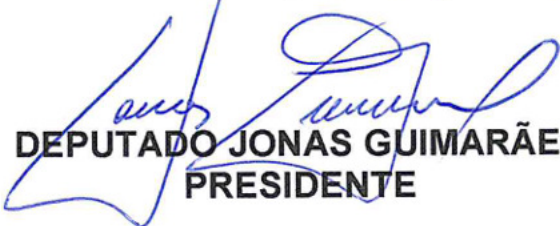
CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

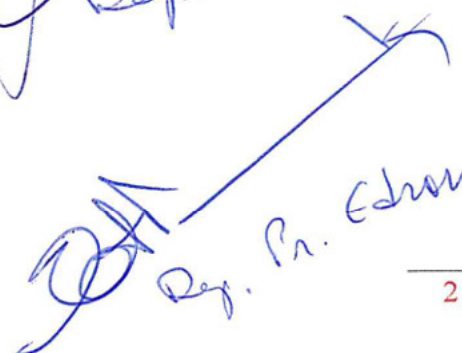
14/04/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Bichan


Dep. Ennio


Dep. Pr. Edson



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 153/14

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 14/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.230.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, com abertura do Grupo de Natureza de Despesa – Inversões Financeiras – na dotação orçamentária 6931.18541144.283 – Infraestrutura das Unidades de Conservação, aprovada pela Lei nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013.*

Os créditos adicionais a serem abertos em decorrência desta autorização serão utilizados para atender despesas com desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitório Piassa no Município de Pato Branco.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de superávit financeiro apurado na Fonte 258 – Diretamente Arrecadados, no exercício de 2013.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

“Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja *existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*



Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I e II.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 15 de abril de 2014.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

DEP. Relator

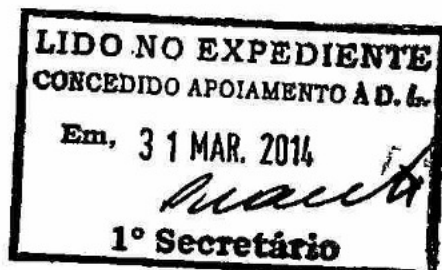
ENIO UIRARI



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 4/14




SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de fevereiro de 2014. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de fevereiro de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 26 de março de 2014.

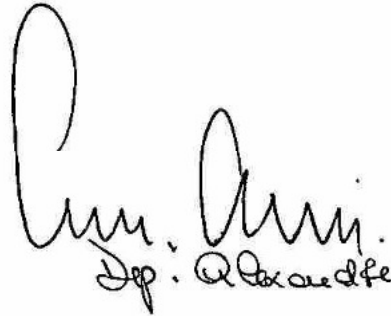

DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO WILSON QUINTERO
Relator

14446 31/03/2014 001384 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ


Dep. Aníbal Kfury

Dep. Péricles


Dep. Alexandre


Dep. Buelher

Dep. Lupion



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 047/2014/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de fevereiro de 2014, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide-se pela aprovação da presente Proposição, para Projeto de Resolução.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 26 de março de 2014

DEPUTADO DUBÉLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
Relator

Dep. Quinteiro
Dep. P. P. P.
Dep. Alexandre

Dep. P. P. P.
Dep. P. P. P.
Dep. P. P. P.
Dep. P. P. P.